

Caseiro confirma idas de Palocci a mansão. STF suspende depoimento

Francenildo Santos Costa sustenta na CPI dos Bingos que ministro da Fazenda freqüentava casa no Lago Sul, em Brasília, alugada por ex-assessor. Declarações contradizem depoimento de Palocci

O caseiro disse “confirmar até morrer” que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi várias vezes à mansão supostamente alugada por Vladimir Poletto, ex-assessor de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto. Segundo Francenildo Santos Costa, o Nildo, Palocci chegava dirigindo um automóvel Peugeot, de cor prata, e a mansão era usada para a realização de festas e partilha “de dinheiro que chegava em malas”. Nildo afirmou que Palocci era tratado por “chefe” pela chamada “república de Ribeirão Preto”, composta por Rogério Buratti, Vladimir Poletto, Ralf Barquete e pelo atual assessor especial do ministro, Ademirson Ariovaldo da Silva. O depoimento de Nildo, que durou 40 minutos, foi suspenso por liminar concedida pelo ministro Cezar Peluso, do STF, em atendimento a mandado de segurança impetrado pelo senador Tião Viana. A decisão do ministro, duramente criticada pela oposição, na CPI e depois no Plenário, foi defendida por senadores da base do governo. **Páginas 3 a 6**



Efraim (D), presidente da CPI, promete lutar pelo direito de ouvir Nildo (E)



Renan diz que vai ao STF para garantir continuidade das investigações



Senadores e jornalistas lotaram a sala de reuniões da CPI dos Bingos para acompanhar o depoimento do caseiro, suspenso por decisão judicial



Antônio Carlos Valadares (E) preside a reunião da Comissão de Assuntos Sociais

Despesas para transplante podem ser cobertas por planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que acrescenta, às exigências mínimas dos planos de saúde que incluem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante do segu-

rado. A proposta será votada em turno suplementar antes de seguir para a Câmara. A CAS aprovou também projeto que prevê punição, com pena de dois a cinco anos de reclusão e multa, para quem vender esteróides ou anabolizantes. **Página 8**

Diplomatas apóiam prioridade a sul-americanos

Embaixadores indicados para Chile, Uruguai e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa defendem prioridade do governo. **Página 2**

Embaixadores indicados para o Chile, o Uruguai e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa concordam com atenção dispensada pelo governo brasileiro a esses países

Diplomatas ressaltam prioridade a países sul-americanos e lusófonos

A prioridade concedida pelo governo brasileiro ao relacionamento com a América do Sul e os países lusófonos foi reiterada ontem, durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), pelos embaixadores indicados para o Chile, o Uruguai e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Os nomes foram aprovados por unanimidade e serão agora submetidos ao Plenário.

A ampliação do comércio bilateral foi apontada como uma das prioridades do embaixador brasileiro indicado para o Chile, Mário Vilalva. O intercâmbio entre os dois países cresceu 31,9% em 2005, alcançou US\$ 5,3 bilhões – com superávit de US\$ 2 bilhões para o Brasil – e aproximou-se do volume de comércio mantido com a Argentina.

Mesmo assim, o embaixador sugeriu a busca de novos nichos pelos exportadores nacionais, a exemplo do que ocorreu recentemente com a venda de ônibus brasileiros para o novo plano de transporte de Santiago. Ele defendeu também o aumento de importações de produtos chilenos.

– O aumento de importações brasileiras pode dar mais sustentabilidade à integração continental proposta pelo governo Lula – afirmou Vilalva, cuja indicação teve como relator o senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Logo após a exposição de Vilalva, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apontou o Chile, onde



Comissão aprova nomes de três diplomatas em reunião presidida por Azeredo (2º à dir.)

acaba de tomar posse a nova presidente socialista Michelle Bachelet, como o “fiel da balança” no atual momento político da América do Sul. A seu ver, o país – cujo crescimento neste ano deve ser superior a 5% – é um “grande exemplo do que pode ser uma transformação social feita com base na responsabilidade fiscal”.

A retomada do crescimento econômico, dessa vez do Uruguai, também foi tema da exposição do embaixador indicado para Montevidéu, José Eduardo Martins Felício. Depois da crise financeira experimentada pelo país vizinho em 2002, relatou, aos poucos a economia vem retomando ritmo e cresceu 6,6% em 2005. Para este ano, a previsão, segundo o Eduardo Martins, é de uma expansão pouco mais modesta – aproximadamente 4%.

Ele disse que ontem o presidente uruguaio Tabaré Vázquez encontrava-se em Brasília para

discutir o relacionamento bilateral. Apresentou voto favorável à indicação do embaixador o relator *ad hoc* da mensagem presidencial, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Atual diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Lauro Barbosa da Silva Moreira, indicado para a CPLP, ressaltou em sua exposição os projetos de cooperação de iniciativa brasileira realizados em países africanos e no Timor Leste, nas áreas de saúde, educação e formação profissional.

Em seu voto favorável, o senador Marco Maciel (PFL-PE) lembrou ser esta a primeira indicação de um embaixador brasileiro exclusivamente para a CPLP. Por sua vez, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que presidiu a reunião, sugeriu a realização futura de jogos olímpicos da comunidade de língua portuguesa, a exemplo dos Jogos da Commonwealth britânica.

Crivella destaca criação da Frente Parlamentar Brasil-Zâmbia

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) deu ontem as boas-vindas ao ministro das Relações Exteriores de Zâmbia, Ronnie Shikapwasha, que visitou o Plenário do Senado acompanhado do embaixador do Zimbábue.

Crivella saudou a criação da Frente Parlamentar Brasil-Zâmbia, dizendo que a iniciativa vem ao encontro da promessa feita pelo presidente Lula na campanha de 2002 de ajudar o continente africano.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou que Shikapwasha acompanhou o ex-presidente da África do Sul,



Crivella (E) dá as boas-vindas ao ministro de Zâmbia

Nelson Mandela, numa peregrinação por todos os países africanos em defesa da liberdade.

República presidencialista com sistema unicameral, Zâmbia tem o inglês como língua oficial e, segundo dados de 2000, possui 9,2 milhões de pessoas, a maioria (61%) instalada no meio rural.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

Com início previsto para as 9h, a sessão será não deliberativa, destinando-se apenas aos pronunciamentos dos parlamentares e avisos da Mesa e das lideranças. Na semana que vem, os senadores retomam o diálogo para tentar destrancar a pauta de votações, bloqueada por sete medidas provisórias.

Fórum Social Mundial na TV Senado

A TV Senado exhibe hoje, às 22h30, o *Repórter Senado* Fórum Social Mundial, com um panorama da sexta edição do evento realizado em janeiro deste ano em Caracas, na Venezuela. O programa vai mostrar

também um pouco daquele país, suas características e peculiaridades nos âmbitos político e social. A atração tem reprise amanhã, às 16h e às 21h30, e no domingo, às 15h30 e às 22h.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comparece hoje, às 15h, à 14ª Reunião Ordinária do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral. O encontro será realizado no auditório do Hotel Ritz de Maceió, em Alagoas.

Brasil Regional

O programa *Brasil Regional*, que a Rádio Senado apresenta no domingo, às 8h, traz o grupo Marimbanda. O quarteto, criado em 1999 em Fortaleza (CE), faz um passeio pelos mais variados ritmos, como samba, baião, frevo e choro.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Augusto Botelho, Mão Santa, José Maranhão e Leonel Pavan

Depoente afirma ter conversado com Palocci pelo interfone da mansão da “república de Ribeirão Preto” e detalha o carro que era usado pelo ministro

Caseiro diz que confirma “até morrer” suas declarações

O caseiro Francenildo Santos Costa confirmou ontem, na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, as denúncias que havia feito contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Nildo, como é mais conhecido, disse “confirmar até morrer” que Palocci freqüentava uma casa no Lago Sul, em Brasília, alugada por um ex-assessor do ministro quando ele era prefeito de Ribeirão Preto (SP).

Segundo Nildo, Palocci chegava dirigindo um automóvel Peugeot de quatro portas, de cor prata, e a mansão era usada, basicamente, para realização de festas que ocorriam à noite e para partilha de “dinheiro que chegava em malas”. A confirmação foi feita pelo depoente em resposta a uma indagação da senadora

Heloísa Helena (PSOL-AL). Em entrevista coletiva na quarta-feira, o caseiro afirmou que chegou a conversar com Palocci, pelo interfone da casa, num sábado.

Em resposta ao líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), Nildo garantiu que não recebeu dinheiro de ninguém para prestar todas as informações. Houve uma longa discussão para decidir se a reunião seria aberta ou ocorreria de forma reservada.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) chegou a votar a favor da vinda de Nildo à CPI, desde que a audiência fosse fechada. Aloizio Mercadante (SP), Sibá Machado (AC) e Flávio Arns (PR), todos do PT, enalteciam a pessoa de Palocci, classificado por eles como um homem íntegro, e afirmaram que o ministro não poderia ser exposto pela comissão. Mas a

oposição entendeu que os fatos comprometem frontalmente Palocci como ministro, e não a vida pessoal dele. Ao final, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), decidiu que a reunião seria aberta.

Depoimento

O caseiro confirmou também que o ministro da Fazenda era tratado por “chefe” pela chamada “república de Ribeirão Preto”, composta por Rogério Buratti, Vladimir Poletto, Ralf Barquete (já falecido) e pelo atual assessor especial do ministro, Ademirson Ariovaldo da Silva, que está de férias.

Nildo sustentou ainda que Palocci “tinha grande amizade com Buratti”, o que havia sido negado pelo ministro durante depoimento à CPI. Na ocasião, além de negar qualquer vínculo de amizade

com Buratti ou Barquete, Palocci garantiu que jamais fora à casa. Nildo reafirmou ter visto o ministro várias vezes na mansão. Ele também contou que viu grande quantidade de dinheiro na casa, “que dava para forrar malas”, mas não chegou a fazer a ligação de Palocci com esses valores.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), autor do requerimento para convocação de Nildo, exibiu em um telão fotos de pessoas que poderiam ter freqüentado a mansão, para que o caseiro pudesse identificar quais delas havia visto na casa. Ele reconheceu a foto de Palocci e, quando foi exibida a fotografia de Vladimir Poletto, o caseiro comentou:

– Esse era o meu patrãozinho.

Afastamento

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) observou que a CPI dos Bin-

gos não tem “má vontade” em relação a Palocci, mas sugeriu que, devido aos fatos que estão surgindo, o ministro da Fazenda deveria afastar-se do cargo por 30 dias, o que coincidiria com a conclusão dos trabalhos da comissão. O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) discordou de Simon e lembrou que o ministro não estava presente à reunião da comissão para defender-se.

O senador Tião Viana (PT-AC) anunciou que havia entrado com um pedido de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de que aquela corte avaliasse o andamento do rito processual dos trabalhos em curso na CPI dos Bingos. A liminar veio a ser concedida.

– A vida particular do ministro não é objeto de investigação da CPI – enfatizou Tião Viana.



Fotos: José Cruz

O caseiro da mansão de ex-assessores de Palocci, Nildo (E), confirma, em reunião da CPI dos Bingos, as denúncias que havia feito contra o ministro da Fazenda. O depoimento foi suspenso por liminar solicitada por Tião Viana

Liminar do STF obriga CPI dos Bingos a suspender depoimento de Nildo

Por volta das 15h, o presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, e encerrou a reunião do colegiado. O fim da sessão se deu após Efraim ler, na íntegra, a decisão do ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), em que o magistrado concede liminar parcial ao pedido de mandado de segurança solicitado pelo senador Tião Viana (PT-AC). No pedido, o senador afirma que a CPI tem fugido do fato determinado das investigações, caso do depoimento do caseiro Nildo, na interpretação de Viana.

Depois da suspensão dos traba-

lhos, houve intenso debate na CPI e discussões entre senadores da base do governo e da oposição. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), chegou a pedir a demissão do ministro da Fazenda. Ele sustentou que sempre defendeu Palocci por sua política econômica, que considera correta, mas disse que a partir de agora o ministro não terá mais tempo para cuidar de economia, e sim para se defender de denúncias.

– Palocci não é mais meu ministro. Ele está envolvido em grande corrupção, está envolvido com uma máfia. Palocci não pode continuar, se depende do silêncio de um caseiro para se manter ministro – atacou Arthur Virgílio.

Na decisão do STF, Peluso concede, em parte, liminar ao mandado impetrado por Tião Viana e pede a suspensão das atividades da CPI dos Bingos até o julgamento final da medida cautelar. O ministro do STF afirma que “a CPI estava exorbitando de seus poderes” ao investigar fatos e pessoas “sem nenhuma prova de ligação com o fato determinado” que levou à sua criação. Peluso sugere ainda um possível “desvio de finalidade na forma de abuso de poder” por parte do colegiado. O magistrado afirma ser “direito líquido e certo” do senador Tião Viana, como membro da comissão, “conter as atividades que fujam do fato determinado”.

Na liminar, o ministro Peluso diz ainda que a testemunha – Nildo – não conhece a origem do suposto dinheiro que seria distribuído na mansão em Brasília utilizada por ex-assessores, assessores e amigos do ministro da Fazenda.

A decisão do STF enfureceu o presidente da comissão de inquérito, Efraim Morais. Mesmo encerrando o depoimento, o senador lembrou que o requerimento de convocação do caseiro foi aprovado pela CPI, por 8 votos a 6, estando presentes todos os membros titulares da comissão.

Ao se dirigir aos senadores do PT, Efraim exigiu respeito ao Senado Federal e à própria comissão

de inquérito. Logo depois solicitou que a Segurança Legislativa da Casa e o policial federal que assiste à CPI que acompanhassem Nildo Santos para garantir sua segurança. Efraim também enviou ofício à Polícia Federal pedindo segurança para o caseiro.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em entrevista à imprensa, avisou que a oposição vai reagir e continuar as investigações para chegar “naquilo que o PT não quer que cheguemos: prender os ladrões”. Antonio Carlos criticou a atitude de Tião Viana e comparou o fato a acontecimentos similares que teriam ocorrido durante o período de exceção iniciado em 1964.

Presidente da CPI dos Bingos diz que pedirá providências jurídicas para continuar investigações. Arthur Virgílio defende a demissão do ministro Antonio Palocci

"Não vão acabar com a CPI no grito", protesta Efraim

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, informou ontem que adotará providências jurídicas necessárias à continuação das investigações, uma vez que o depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa foi suspenso por liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cezar Peluso. Efraim acatou a decisão de Peluso, mas disse discordar da presunção de que em seu depoimento o caseiro

iria se referir a aspectos pessoais da vida do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, fugindo do fato determinado que legalmente a CPI está autorizada a investigar.

– Nem o caseiro nem os parlamentares que o interpelaram referiram-se à intimidade do ministro – sustentou.

Para a líder do PT, Ideli Salvati, o risco de exposição da intimidade do ministro existia.

– A violação dos direitos cons-

titucionais estava anunciada nos jornais que falavam de camisinhas, viagra e orgias – assinalou.

Efraim pediu que a matéria siga ao plenário do Supremo para que o julgamento se dê o mais breve possível. Ele apelou ainda ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que subscreva os recursos a serem enviados ao STF.

O presidente da CPI afirmou estar convicto de que a comissão não exorbitou de suas funções

e que está com o foco correto, tendo obtido a autorização para ouvir Francenildo, ex-caseiro de mansão supostamente usada para a repartição de recursos ilegais.

– Não vão acabar com a CPI nem no grito nem no tapa – advertiu.

Efraim ressaltou que, além de Francenildo, o motorista do ministro, Francisco das Chagas Costa, confirmou a presença de Palocci na casa, o que o ministro tem

negado. Segundo observou, está demonstrado que a mansão era freqüentada por Rogério Buratti e Vladimir Poletto, ex-assessores de Palocci, além do empresário Roberto Carlos Kurzweil.

Antero de Barros disse estranhar que um membro da Mesa, o vice-presidente Tião Viana, tenha entrado com ação para conter a CPI e Almeida Lima lamentou que a comissão tenha sido impedida de investigar.

Antonio Carlos



É o fato mais grave desde a ditadura militar

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou com veemência contra a liminar do Supremo Tribunal Federal, concedida a mandado impetrado por Tião Viana (PT-AC), que cancelou o depoimento do caseiro da mansão conhecida como “república de Ribeirão Preto”.

Na opinião de Antonio Carlos, Tião Viana “amesquinhou e comprometeu o Congresso” com sua iniciativa, impedindo a fluência dos trabalhos da CPI. O parlamentar pela Bahia afirmou que irá pedir a assinatura dos senadores para dar entrada em uma proposta de emenda à Constituição (PEC) limitando a ingerência do Judiciário nos trabalhos do Legislativo Federal.

– Considero isso o fato mais grave já ocorrido desde a ditadura militar. O autor da liminar, ministro Cezar Peluso, não é um mau juiz, mas cassar o depoimento de uma pessoa porque compromete um ministro é atender a pedidos de favores do presidente da República – disse.

Ramez Tebet



Decisão afeta harmonia entre os Poderes

Na avaliação do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a liminar do Supremo Tribunal Federal suspendendo depoimento à CPI dos Bingos atentou contra o princípio da independência e harmonia entre os Poderes e amesquinhou o Congresso Nacional e as comissões parlamentares de inquérito perante a opinião pública.

– Vendo esse poderoso instrumento [das CPIs] jogado abaixo, com certeza o comentário das pessoas que estavam assistindo ao depoimento será: “De que valem as CPIs e de que vale o Congresso Nacional?” – questionou.

Em apartes, os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Mão Santa (PMDB-PI) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) apoiaram o pronunciamento de Tebet.

Antero, mesmo aceitando o caráter imperioso da decisão do Supremo, considerou-a sem fundamento.

No início de seu discurso, Tebet homenageou a ministra Ellen Gracie do STF por ter sido eleita para a presidência daquele tribunal.

Heloísa Helena



Homenagem ao caseiro, que falou a verdade

Após a suspensão do depoimento do caseiro Francenildo Santos à CPI dos Bingos, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) elogiou em Plenário a postura de Nildo diante do episódio.

– Quero prestar homenagem a Nildo, uma pessoa simples que, com tranquilidade, falou a verdade à CPI – afirmou.

Heloísa avaliou a suspensão do depoimento do caseiro como uma tentativa “da gangue partidária da base de bajulação do governo” de evitar a investigação do “gigantesco esquema de corrupção” no qual estaria envolvida. A senadora também cobrou “coragem e ousadia” do Congresso para reagir à medida judicial e “não se tornar um simples anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto”.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) recomendou ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, seu afastamento do cargo. Simon também considerou a liminar do STF uma humilhação para o Senado.

Arthur Virgílio



Palocci não poderá dirigir a economia

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), pediu ontem a demissão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Argumentou que o ministro “não terá mais condições” de dirigir a economia do país, pois terá que se defender das acusações que estão sendo feitas contra ele.

Virgílio lembrou que o seu partido sempre defendeu o ministro na CPI dos Bingos, por sua “correta política econômica”, e evitou aumentar o seu desgaste em outros episódios, como o das acusações de Rogério Buratti, ex-assessor na prefeitura de Ribeirão Preto. Para o senador, “não vale mais o argumento de que a demissão de Palocci irá desestabilizar a economia”. Virgílio ponderou que, com o depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa, “a situação chegou a um ponto insustentável”.

O senador disse que pedia a demissão de Palocci “sem nenhuma alegria”, pois “apesar de não ser visto por muitos como um grande ministro, tem sido eficiente à frente da economia”.

José Jorge



PT quer é restringir as investigações

José Jorge (PFL-PE) considerou o pedido do mandado de segurança impetrado pelo senador Tião Viana (PT-AC) no Supremo Tribunal Federal mais grave do que a liminar concedida pelo ministro Cezar Peluso, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo Costa, na CPI dos Bingos.

O líder da Minoria leu parte da petição impetrada pelo senador petista, na qual pede ao STF que suspenda, até o julgamento final do mandado, todas as investigações que, a seu ver, fugiriam do fato determinado pelo qual a CPI foi criada. Segundo José Jorge, Viana pediu que o Supremo impedisse o colegiado de todas as diligências que visassem desvendar os assassinatos de prefeitos do PT e a suposta existência de caixa dois do partido, entre outros.

– Pelo pedido do mandado, a CPI só não poderia investigar o PT; os outros partidos, poderia – disse, acrescentando que os fatos investigados não fogem do foco da comissão.

José Agripino



CPI dos Bingos viveu ontem “um dia de cão”

José Agripino (PFL-RN) criticou a atitude dos parlamentares governistas que obtiveram do Supremo Tribunal Federal liminar suspendendo o depoimento do caseiro Francenildo Costa na CPI dos Bingos. Para ele, ontem foi “um dia de cão”.

– Tivemos o medo de que houvesse um “pega na mentira” e estou seguro de que houve – afirmou.

Agripino considera que o depoimento do caseiro desmente as palavras do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que havia dito nunca ter freqüentado a mansão em Brasília onde seus ex-assessores realizavam tráfico de influência e festas com garotas de programa. Francenildo, antes de ter seu depoimento suspenso, confirmou o que já havia dito à imprensa: que vira Palocci várias vezes na casa.

Agripino disse que, juntamente com Arthur Virgílio (PSDB-AM), está recolhendo assinaturas num requerimento para ampliar as investigações da CPI dos Bingos.

Líder do governo diz que a imprensa e a CPI estão devassando a privacidade do ministro da Fazenda e, dessa forma, violando seus direitos e garantias constitucionais

Mercadante: é desrespeito citar a vida privada de Palocci

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), foi veemente na defesa do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que, no seu entender, teria sido desrespeitado em seus direitos e garantias constitucionais ao ter sua vida pessoal “devassada” pelos jornais de maior circulação do país, bem como pela CPI dos Bingos.

Para Mercadante, o Supremo Tribunal Federal (STF) agiu acertadamente ao conceder liminar sus-

pendendo o depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa, em obediência aos princípios constitucionais de direito à dignidade da pessoa humana e da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, ambos cláusulas pétreas da Carta Magna.

O senador criticou a CPI por ter recusado a proposta governista de realização do depoimento reservado do caseiro da “república de Ribeirão Preto” e por



Roosevelt Pinheiro

Mercadante diz que STF agiu com acerto concedendo liminar que suspendeu depoimento de caseiro

exorbitar, na sua opinião, de suas funções, ao extrapolar a investigação do “fato de-

terminado”. Mercadante reconheceu, no entanto, a postura ponderada do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), favorável à audiência reservada. Ele considerou o acirramento do debate eleitoral – diante dos resultados da pesquisa CNI/Ibope que aponta crescimento nas intenções de voto no presidente Lula – como o principal fator desencadeador dessa nova onda de denúncias contra o ministro.

O líder do governo defendeu o ministro Palocci,

destacando sua história de luta democrática, contribuição à vida pública do país nos três anos à frente da pasta da Fazenda, sua capacidade de conviver com as diferenças e o “espírito marcadamente democrático”. Segundo Mercadante, a melhora de todos os indicadores econômicos e sociais se deve muito à contribuição de Palocci à economia do país.

O senador fez questão de esclarecer que não estava desqualificando as palavras

do caseiro por sua condição humilde, mas pediu justiça, argumentando preferir “a cultura democrática dos países que sempre souberam combinar a exigência rigorosa da administração pública com o respeito aos direitos do cidadão”.

– A justiça é a busca da verdade e deve ser feita com procedimentos que respeitem o estado de Direito. Foi violada a família de Palocci, o homem, o cidadão Antonio Palocci – sustentou Mercadante.

Ideli Salvatti



Roosevelt Pinheiro

Liminar do STF “preserva a CPI dos Bingos”

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, defendeu a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal a mandado de segurança que cancelou depoimento do caseiro Nildo.

Ideli Salvatti ressaltou que a decisão do ministro Cezar Peluso foi baseada em dois dispositivos constitucionais, o primeiro dispondo que a CPI só pode ouvir depoimentos em relação a fato determinado – “o que ele entendeu não ter ocorrido” –, e o segundo sobre direitos individuais invioláveis, que Peluso entendeu estar sendo infringido no âmbito da CPI.

Para Ideli, aqueles que criticam a liminar se esquecem de que os parlamentares também recorreram ao STF para garantir a instalação de CPIs. “Essa relação entre os Poderes tem dois pesos e duas medidas: quando precisam e quando não precisam”, observou ela, afirmando que Palocci será mantido no cargo.

Wellington Salgado



Roosevelt Pinheiro

Não há provas de acusações contra Palocci

Wellington Salgado (PMDB-MG) questionou as afirmações do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo. Para ele, o depoimento foi inconsistente e carece de provas que comprometam o ministro da Fazenda, justificando uma audiência.

– Cutucam daqui e dali para ver se o ministro cai ou não cai. Mas não vi nada até agora. Nildo terá que ser amparado para se defender na Justiça por quem o levou a testemunhar contra Palocci. Por ser uma pessoa humilde, não terá condições de enfrentar as ações que devem ser encaminhadas contra ele – afirmou.

O senador também se referiu ao depoimento do publicitário Duda Mendonça, na quarta-feira, à CPI dos Correios. Na sua concepção, independentemente das obrigações que tem com a Receita Federal, Duda “não teria cometido mais nenhum pecado em ficar calado”.

No mandado, pedido para CPI manter foco nos bingos

No mandado de segurança impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, o senador Tião Viana (PT-AC) argumenta que a CPI dos Bingos, criada para apurar o uso de casas de jogos na prática de crimes, estaria exorbitando de seus poderes ao investigar outros fatos. Segundo ele, não há prova prévia de conexão dessas novas investigações com o fato determinado que justificou a instauração da CPI.

Como parlamentar e integrante da comissão, Tião Viana exige que o colegiado se atenha a seu objeto formal – a investigação das casas de bingo. Ele enumera fatos que, sem nenhuma ligação aparente com tal objeto, estariam sendo investigados. Para o senador, isso evidenciaria desvio de finalidade, na forma de abuso de poder, na atuação da comissão.

Um dos exemplos citados por Tião Viana é o

requerimento para ouvir o caseiro Francenildo Santos Costa, apontado como pessoa simples que se propõe a fazer afirmações constrangedoras sobre a vida íntima de pessoas ligadas ao governo. Esse fato, conforme o senador, contribui para antecipar a campanha eleitoral.

Em sua decisão, o ministro Cezar Peluso afirma não ter encontrado, na justificativa do requerimento de convocação do caseiro, nenhum fato conexo com o objeto formal da CPI. “Eventual partilha de dinheiro, em certo local, não tem por si presunção alguma de que estaria ligada a uso de casas de bingo para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores”, afirma o ministro.

Quanto a “outros fatos”, Cezar Peluso observa que só dizem respeito à vida privada das pessoas. “Não podem, sequer em tese, ser objeto de CPI.”



Márcia Kolumbe

Viana enumera fatos que caracterizam “desvio de finalidade” da CPI

Cristovam Buarque



Roosevelt Pinheiro

Decisão reflete desequilíbrio entre os Poderes

Cristovam Buarque (DF), falando em nome da bancada do PDT, manifestou preocupação com a preservação do papel institucional do Legislativo diante de decisões do Judiciário, como a liminar do Supremo Tribunal Federal que impediu a continuidade do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa na CPI dos Bingos.

– Quero manifestar a minha frustração, como senador, sem nenhum poder diante do Poder Judiciário e do Poder Executivo, como se fôssemos um Congresso decorativo – disse.

O parlamentar anunciou que vai pedir formalmente uma reunião do Colégio de Líderes para tratar do que chamou de “defesa da República”, ou seja, soluções que reequilibrem os três Poderes. Segundo ele, quando os outros dois Poderes ficam coniventes, mandam no Legislativo.

– Quando eles se juntam, o Congresso desaparece.

Garibaldi Alves Filho



Roosevelt Pinheiro

“O STF inverteu a ordem das coisas”

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que o Supremo Tribunal Federal estaria “invertendo a ordem das coisas”, ao conceder a liminar em mandado de segurança suspendendo o depoimento do caseiro Nildo, antes de saber se esse teria ou não relevância para a investigação em curso na CPI dos Bingos.

– A atitude de Tião Viana ao pedir a liminar deixa clara a intenção da bancada do governo de impedir que investigações revelem a verdade das ações e omissões dos que serviram à prefeitura de Ribeirão Preto. O Congresso não pode abrir mão de sua prerrogativa de investigar altas autoridades sob o pretexto de proteger a economia – afirmou.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou que vai apresentar uma PEC para que, em casos como o do mandado impetrado por Tião Viana, o Plenário do STF seja obrigado a se pronunciar.

A pedido do senador Arthur Virgílio, Renan Calheiros promete reunir-se com o presidente do STF para tratar do funcionamento da CPI dos Bingos

Renan diz que irá recorrer ao Supremo para garantir CPI

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que subscreverá todas as providências a serem adotadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos para obter do Supremo Tribunal Federal (STF) a garantia da continuação das investigações. A interferência da Mesa do Senado foi pedida pelo presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), que anunciou o encaminhamento ao Supremo de providências jurídicas necessárias ao prosseguimento da oitiva do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, que teve ontem seu depoimento interrompido por liminar do ministro do STF Cezar Peluso.

Renan também prometeu reunir-se com o presidente do STF para tratar do funcionamento da comissão, atendendo à solicitação feita pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). – Farei tudo o que estiver ao meu alcance para garantir os poderes da CPI e do Congresso Nacional – disse o senador. Renan lembrou, entretanto, que a instalação da CPI dos Bingos foi fruto de uma decisão do STF, em atendimento a ação movida por dois senadores. Ele chamou ainda a atenção para a necessidade de a CPI, por ter poderes judicantes, ater-se ao processo legal e agir em conformidade com a Constituição. No momento em que Arthur Virgílio se pronunciava sobre o assunto, Renan interrompeu a sessão para que os senadores pudessem cumprimentar o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), candidato escolhido por seu partido para disputar este ano as eleições para presidente.



"Farei tudo o que estiver ao meu alcance", afirma presidente do Senado

Heráclito Fortes



Pedido fecha moralmente o Congresso

Heráclito Fortes (PFL-PI) sustentou da tribuna que a solicitação do PT ao Supremo Tribunal Federal, para impedir a CPI dos Bingos de ouvir o caseiro Francenildo Santos Costa, tem o significado de um "fechamento moral do Congresso". Ele lamentou o fato de o pedido de interferência do STF no Parlamento ter sido apresentado por um partido político – no caso, o PT.

O senador lastimou ainda que essa solicitação tenha a assinatura do vice-presidente do Senado, senador Tião Viana (PT-AC).

Heráclito disse que o Partido dos Trabalhadores "faria melhor" se deixasse o Congresso ouvir o caseiro Francenildo e, depois, para desmenti-lo, trouxesse à CPI o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

– Seria a palavra de um contra o outro – afirmou o parlamentar.

Mão Santa



Lula não amadureceu como político

Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que o presidente Lula antes de amadurecer como político e governante "apodreceu", o que ficaria claro com os atos de corrupção cometidos em seu governo. O parlamentar avalia que o fato de o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ter mentido a respeito de sua presença em uma mansão, em Brasília, é um fato grave.

– Palocci é o pai da roubação – frisou Mão Santa, que não tem dúvida sobre a necessidade de se investigar a vida privada dos homens públicos.

O representante do Piauí voltou a criticar Lula pelos erros cometidos na política econômica, sendo a alta carga tributária um dos principais, que ele comparou à derrama de impostos procedida pela Coroa portuguesa, em 1789, e que acabou levando à Inconfidência Mineira.

Paim pede votação ágil para o mínimo

Paulo Paim (PT-RS) pediu, em pronunciamento feito ontem, que o Congresso vote rapidamente o Projeto de Lei 6.601/06, do Poder Executivo, que reajusta o salário mínimo para R\$ 350 a partir de 1º de abril. Paim advertiu que, se o projeto não for votado, o governo terá que editar medida provisória, uma vez que o mês de abril já está próximo. O senador elogiou o deputado Ivan Ranzolin (PFL-SC), que apresentou projeto de lei na Câmara com o mesmo conteúdo do PLS 296/03, de sua autoria, que extingue o fator previdenciário – forma de cálculo das aposentadorias que pode reduzir o valor do benefício em até 30% para os homens e 35% das mulheres.

Ao comentar a realização de audiência pública da Comissão de Educação (CE) do Senado na próxima semana, na cidade de Canoas (RS), o senador também ressaltou a importância de aprovar o projeto de lei que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Paim afirmou que o fundo deve destinar, só para a educação profissionalizante, R\$ 1 bilhão.



Se projeto sobre reajuste não for votado, governo terá que editar MP, alerta Paim

Ana Júlia ressalta pesquisa favorável ao governo

Ana Júlia Carepa (PT-PA) comentou o resultado favorável de recente pesquisa sobre o desempenho do governo Lula. Após apontar melhoria na avaliação geral da gestão petista, a senadora atribuiu o fato à postura otimista da população em relação à elevação da renda, à estabilidade de preços e à geração de empregos. Esse resultado também teria sido influenciado pelo impacto positivo das políticas sociais na vida dos brasileiros.

– Oitenta por cento da população têm expectativa de que 2006 será melhor. No Nordeste, a diferença entre aqueles que consideram o governo "bom/ótimo" [49%] e "ruim/pessimista" [16%] foi ampliada, chegando a 33 pontos percentuais – informou.

Depoimento

Outro assunto abordado pela senadora foi a suspensão do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa à CPI dos Bingos por liminar concedida ao PT pelo Supremo Tribunal



Ana Júlia considera que políticas sociais tiveram impacto positivo na vida dos brasileiros

Federal (STF). De acordo com Ana Júlia, o partido resolveu recorrer à Justiça por discordar da forma como esse depoimento seria tomado. Em aparte, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) considerou a medida "um pouco abusiva".

A senadora também citou matéria do jornal *O Globo* sobre a suspeita de ligação da morte de dois supostos policiais militares do Rio de Janeiro com a questão dos bingos. Ana Júlia afirmou que iria encaminhar requerimento para a CPI dos Bingos investigar o caso.

Presidente verá protestos em Santa Catarina, prevê Pavan

Leonel Pavan (PSDB-SC) advertiu o governo federal para a inutilidade do cancelamento de uma das etapas da visita que o presidente da República fará a Santa Catarina hoje. De acordo com Pavan, o presidente Lula não irá mais à cidade de Ibituba, cujo prefeito é do PSDB, com receio das manifestações públicas contrárias a seu governo. Foram mantidas as visitas às cidades de Laguna, Itajaí e Lages, que são administradas pelo PT.

O parlamentar assegurou, em discurso feito ontem, que a presença de Lula em Santa Catarina será marcada por protestos. A população, segundo Pavan, vai protestar "contra este péssimo governo", porque há uma insatisfação generalizada, que se estende dos empresários ao funcionalismo.

– A população brasileira não está mais apoiando este governo. Falo com



De acordo com Pavan, população vai protestar contra o governo durante visita de Lula ao estado

taxista, agricultor, pescadores, empresários do setor madeireiro, e a insatisfação é geral – observou.

Pavan citou o comparecimento do governador de São Paulo e candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, ao Congresso, ontem, e destacou que nas eleições deste ano a ética vai prevalecer.

– Não que a ética vá eleger alguém, mas ela vai impedir que os aéticos sejam eleitos – disse o representante de Santa Catarina.

Maciel presta homenagem ao escritor Josué Montello

Marco Maciel (PFL-PE) apresentou requerimento de voto de pesar em virtude do falecimento de Josué Montello, ocorrido na noite da última quarta-feira. O senador classificou como “uma proeza” de Josué Montello ter sido eleito muito jovem – com apenas 36 anos de idade – para a Academia Brasileira de Letras (ABL), na qual permaneceu por mais de 50 anos.

– Josué tem estilo caracterizado e reconhecido como grande escritor romancista, ensaísta, historiador, polígrafo, múltiplo. Quero reiterar tristeza pela perda do grande brasileiro, exemplar



Marco Maciel lembra que Josué Montello permaneceu na ABL por mais de 50 anos

cidadão, amigo, homem e intelectual. Teve grande amor por sua esposa, Yvone Montello, a quem transmito meu respeito.

Roseana encaminha voto de pesar

A senadora Roseana Sarney (PFL-MA) homenageou a memória de Josué Montello encaminhando requerimento à Mesa para que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do escritor maranhense.

Roseana afirmou que Josué Montello foi um dos maiores nomes da literatura brasileira em todos os tempos. Ele escreveu mais de 120 livros, a maioria romances, publicados no Brasil e no exterior.

A parlamentar lembrou que Josué Montello construiu a sua glória literária e consagrou o Maranhão na literatura com romances como *Os tambores de São Luís* e *Noite sobre Alcântara*, inserindo-se numa tradição literária que teve no passado nomes como João Lisboa, Gonçalves Dias, Artur Azevedo, Aluísio Azevedo, Sôsândrade, Graça Aranha, Humberto de Campos e Raimundo Correia; e no presente, José Sarney, José Chagas e Ferreira Gullar.



Bienal do Livro amplia número de apresentações de mamulengo levadas pelo Senado

Mamulengo faz sucesso na bienal

O casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte, espetáculo de mamulengo levado pelo Senado Federal para a 19ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, teve o seu número de apresentações ampliado pela organização da feira. Em vez das duas sessões inicialmente incluídas na programação oficial, o teatro de bonecos, de autoria do artista plástico e funcionário da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) Josias Wan-

zeller da Silva, será exibido sete vezes até nesse domingo, data de encerramento do evento.

A brincadeira está sendo encenada no palco montado para contadores de histórias, no pavilhão de exposições do Anhembi. O espetáculo alia a diversão com mensagens educativas, destacando conceitos como a não-violência, a preservação da natureza, os valores culturais, a paz e a importância da leitura para o futuro de uma pessoa.

Relator da proposta orçamentária pede tempo para analisar as 2.731 emendas ao texto básico, aprovado na última terça-feira

Adiado exame dos destaques ao relatório do Orçamento

Foi transferida de ontem para as 10h30 da próxima terça-feira a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) destinada a examinar os 2.731 destaques ao relatório da proposta orçamentária da União para 2006. O deputado Gilmar Machado (PT-MG) – que abriu a breve reunião, apenas para anunciar seu adiamento – esclareceu que o relator-geral da matéria, deputado Carlito Merss (PT-SC), ainda estava analisando as proposições apresentadas ao texto básico, aprovado no final da noite da última terça-feira.

Com a utilização do instrumento regimental denominado destaque, os parlamentares tentam integrar aos textos dos projetos emendas não aprovadas ou só

parcialmente aproveitadas nos relatórios. Em relação ao Orçamento, parte dessas proposições visa restaurar o valor das emendas de bancadas, submetidas, na última hora, a um corte de 12,5%, juntamente com as emendas de comissões.

Fruto de acordo de lideranças, o corte teve como objetivo gerar recurso adicional de R\$ 900 milhões destinados a ressarcir os estados pelas isenções tributárias nas exportações autorizadas pela Lei Kandir. Com essa medida, os estados exportadores passam a contar com R\$ 4,3 bilhões para compensar as perdas com as isenções no Orçamento de 2006. O texto do relatório prevê outros R\$ 900 milhões que estão condicio-

nados a excesso de arrecadação durante o ano.

O acordo, no entanto, gerou insatisfação entre as bancadas de estados não-exportadores, normalmente os mais pobres, que tiveram suas emendas igualmente reduzidas. A reunião para votação do texto-base foi tumultuada, registrando tentativa de obstrução por meio de pedido de verificação de quórum. Parlamentares alertam para novas reações durante a votação da matéria na sessão conjunta do Congresso.

Representantes da oposição que se encontravam ontem na CMO criticaram o adiamento da reunião sob o argumento de que já houve tempo suficiente para o exame dos destaques.

Zambiasi: paraguaias teriam atacado horto da Aracruz

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) registrou reportagem segundo a qual houve a participação de paraguaias entre as mulheres da Via Campesina que destruíram o horto florestal da Aracruz Celulose. A matéria foi escrita por Carlos Wagner, do jornal *Zero Hora*, que teria obtido a informação com o

motorista Esteban Cardozo, de uma empresa de Assunção, que transportou 45 paraguaios até Porto Alegre.

Zambiasi manifestou-se preocupado com a revelação de que produtores rurais gaúchos montariam “pontos de vigilância” para monitorar os sem-terra.



Sérgio Zambiasi manifesta preocupação com ambiente tenso no Rio Grande do Sul

STF arquiva ação contra emenda da verticalização

A ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) contra a Emenda Constitucional 52, que acaba com a verticalização nas coligações eleitorais, foi arquivada ontem pelo Supremo Tribunal Federal. A decisão, tomada

pela ministra Ellen Gracie, não significa um posicionamento definitivo da corte sobre o assunto. Outra Adin contra a Emenda 52, proposta pelo Conselho Federal da OAB, continua no Supremo.

A emenda que põe fim à verticalização, ou seja, que permite alianças eleitorais regionais diferentes das estabelecidas em

âmbito nacional, foi aprovada pelo Senado em 2002, pela Câmara em fevereiro deste ano e promulgada pelo Congresso no último dia 8. O Tribunal Superior Eleitoral, em decisão recente – tomada antes, porém, da promulgação da emenda –, manteve a verticalização para as eleições de outubro próximo.



Roseana Sarney defende aprovação do projeto de Romeu Tuma

Policia feminina poderá ter direito a aposentadoria especial

Roseana Sarney (PFL-MA) apelou em favor da aprovação, na Câmara, do projeto de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que dá à policial feminina o direito à isonomia constitucional. A senadora explicou que o projeto (PLP 275/01) corrige distorção ocorrida quando da interpretação

da Lei Complementar 51/85. Atualmente, apenas os policiais homens usufruem do direito constitucional da aposentadoria especial concedida pelo exercício das atividades de risco, inerente à função, por causa da expressão “o funcionário policial”, contida no texto da lei complementar.

Remoção de órgãos, sua preservação e transporte até o hospital onde se encontra o paciente receptor estão entre os procedimentos abrangidos pela proposta

Despesas para transplante devem ser cobertas por planos de saúde

Por 11 votos favoráveis e nenhum contrário, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto do então senador Carlos Bezerra que acrescenta, entre as exigências mínimas dos planos de saúde que incluem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante do segurado.

O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), apresentou substitutivo ao projeto (PLS 75/02) para explicitar a exigência de que os planos de saúde arquem com as despesas relativas à cirurgia de remoção dos órgãos destinados a transplante, sua preservação e transporte até o hospital em que se encontra o segurado a ser submetido a transplante.

Demostenes explicou que essa cobertura está prevista na Lei 9.656/98, mas, em muitos casos, os planos de saúde têm se negado a pagar as despesas – recusa que resulta em perda de órgãos que beneficiariam doentes que aguardam na fila dos transplantes.



Proposta acolhida pela CAS ainda será votada em turno suplementar

– O projeto especifica a exigência de cobertura das despesas indispensáveis ao transplante. Também incorporei ao substitutivo uma emenda de Sérgio Guerra [PSDB-PE] para incluir a ressalva de que a cobertura seja obrigatória somente quando houver a previsão contratual para que o transplante se efetive na área geográfica de abrangência prevista no plano – argumentou.

O projeto recebeu decisão termi-

nativa, mas, como foi aprovado na forma de substitutivo, a CAS promoverá turno suplementar de votação antes de seguir à Câmara.

A CAS aprovou ainda, em decisão terminativa, projeto de Papaléo Paes (PSDB-AP), relatado por Augusto Botelho (PDT-RR), que prevê punição, com pena de dois a cinco anos de reclusão e multa, para pessoas que vendam ou apliquem medicamentos esteróides ou anabolizantes.

Especialistas vão discutir prevenção da gripe aviária

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai realizar audiência para discutir a gripe aviária e as prováveis consequências para o Brasil. A CAS aprovou ontem dois requerimentos, dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Papaléo Paes (PSDB-AP), para debater o assunto em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo Paim, o objetivo é debater a epidemia sob os aspectos social, econômico e da saúde. Ele destacou que essa gripe já é

uma realidade em todo o mundo e que os especialistas afirmam que cerca de 50 milhões de pessoas poderão morrer devido à doença, nos próximos 18 meses.

– As previsões são apocalípticas, mas convém darmos crédito a elas, sob pena de sermos pegos de surpresa sem termos feito qualquer ação preventiva que permita a reversão desse quadro alarmante – afirmou o parlamentar.

Petrobras

Também foi aprovado requerimento para a realização de au-

diência destinada a discutir as negociações relativas à participação acionária da Petrobras na indústria petroquímica Braskem e a entrega de ativos da primeira no Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. Paim, autor da proposta, explica que a Confederação Nacional dos Químicos, ligada à Central Única dos Trabalhadores, e o Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico do RS são contrários às negociações.

A audiência está marcada para o dia 24, a partir das 14h.



Papaléo divulga em Plenário audiência conjunta da CAS e CDH sobre gripe aviária

(CDH) para discutir a disseminação da gripe aviária. Papaléo assina um dos requerimentos para o debate, assim como o presidente da CDH, Cristovam

Buarque (PDT-DF).

– O Senado deve fazer parte do debate, utilizando todos os meios de comunicação disponíveis para que mais pessoas sejam informadas – propôs.

Papaléo apontou as implicações da doença para a vida da população, os graves prejuízos ao agronegócio, especialmente aos criadores de aves, e o receio de uma pandemia mundial. A audiência, observou, é fundamental para que as autoridades informem sobre as pesquisas que estão sendo realizadas.

Instalação para condutor-terra obrigatória em novas edificações

Sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, bem como tomadas com o terceiro contato correspondente, poderão ser equipamentos obrigatórios nas novas edificações. Essas providências, que visam proteger o usuário de serviços de energia elétrica, estão previstas em projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que recebeu parecer favorável da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A proposta (PLC 64/00), do então deputado Freire Júnior, foi aprovada nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O texto torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção e adaptador macho tripolar nos aparelhos elé-

tricos com carcaça metálica e nos aparelhos sensíveis a variações bruscas de tensão, produzidos ou comercializados no país.

Segundo a justificativa do autor, essa exigência já vem sendo adotada em vários países. Em seu parecer, Lúcia Vânia lembra que a medida poderia reduzir o grande número de acidentes causados pela falta de sistemas adequados de aterramento.

– Não havendo as necessárias características nos prédios construídos, a fabricação de aparelhos mais seguros vem sendo adiada. Em consequência, multiplicam-se os acidentes pessoais e os danos materiais – afirmou a senadora.

A proposta, elogiada pelos senadores Wellington Salgado (PMDB-MG), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Augusto Botelho (PDT-RR), vai a Plenário.



Flexa Ribeiro cobra resposta do Executivo a proposta do governador do Pará



Governo Lula investe na interiorização das universidades, afirma José Maranhão

Flexa Ribeiro quer Hospital Sarah de Belém em operação

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez um apelo ao presidente Lula para que se manifeste sobre proposta do governador do Pará, Simão Jatene, destinada a viabilizar o funcionamento do hospital da Rede Sarah em Belém. O governador, afirmou Flexa Ribeiro, se dispôs a investir recursos do Tesouro estadual – cerca de R\$ 14 milhões – para a complementação daquela unidade hospitalar.

As obras do Hospital Sarah em Belém, informou o senador, ficaram prontas em 2002. No ano passado, disse, o ministro da Saúde prometeu inaugurar a unidade ambulatorial do hospital ainda em 2005, o que não foi cumprido.

Segundo Ana Júlia Carepa (PT-PA), a proposta do governador era que o Pará entrasse com recursos que seriam adiantados pelo governo federal por conta de *royalties* do setor de energia.

Flexa Ribeiro parabenizou o governador do Pará pela construção de hospitais regionais.

Maranhão destaca avanços do ensino superior público

Sem abrir mão das cobranças por investimentos na expansão do ensino brasileiro, José Maranhão (PMDB-PB) assinalou o esforço que o governo Lula estaria fazendo para interiorizar o ensino superior no país. Prova disso seriam o repasse de R\$ 192 milhões para as universidades federais em 2005 e a perspectiva de mais R\$ 400 milhões em investimentos em 2006 e 2007.

O peemedebista destacou ainda o processo de instalação de dez novas instituições de ensino superior públicas, além da criação e consolidação de 42 *campi* universitários, beneficiando 68 municípios. A expectativa de registro de 125 mil novas matrículas nos próximos cinco anos levou o governo a autorizar, conforme José Maranhão, a realização de concurso para 4 mil professores universitários e mil professores do ensino básico dessas instituições e dos centros federais de educação tecnológica (Cefets).

Debate ampliará informação sobre a doença, diz Papaléo

Papaléo Paes (PSDB-AP), presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, subordinada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), anunciou em Plenário a aprovação de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa